

# A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira

## *Descriptive representation and Brazilian indigenous literature*

Aline FRANCA<sup>1</sup>

Naira Christofolletti SILVEIRA<sup>2</sup>

### Resumo

A partir da contextualização do surgimento da literatura indígena, este artigo apresenta os aspectos relevantes à elaboração da representação bibliográfica das obras literárias indígenas do Brasil, a fim de assegurar uma representação documental digna. Esse tipo de literatura caracteriza-se por criações de caráter oral ou escrito, coletivas ou individuais, sendo estabelecida, pensada e estruturada a partir de padrões culturais e elementos estilísticos dos povos indígenas. Objetiva-se discutir a relação entre as publicações literárias indígenas e os aspectos relativos à sua representação bibliográfica. Quanto à metodologia, recorreu-se a pesquisas em catálogos *online* de acesso público a fim de recuperar registros bibliográficos a serem analisados. Utilizou-se o método bibliográfico de forma exploratória visando reunir conceitos antropológicos e dados sobre grupos indígenas do Brasil. Sua base teórica fundamenta-se a partir dos conhecimentos em Representação Descritiva, especialmente nas obras de Mey e Silveira. Conclui-se que o bibliotecário torna-se o agente essencial para garantir a representação documental adequada e fiel aos documentos indígenas, para que estes possam relacionar-se com os outros itens do catálogo de uma Unidade de Informação, expondo todo seu potencial informativo.

**Palavras-chave:** Catalogação. Literatura indígena. Registros bibliográficos.

### Abstract

*Within the context of the emergence of indigenous literature, the aim of the paper is to introduce the relevant aspects of the development of bibliographic representation of Brazilian indigenous literature to ensure a worthy document representation. This kind of literature can be understood as any oral or written creation, be it collective or individual, established, designed and structured by cultural standards and stylistic elements of indigenous people. The aim is to discuss the relationship between indigenous literary works and aspects related to their bibliographic representation. The methodology used was research at online public access catalogs to analyze bibliographic records. The bibliographic exploratory methodology was used to collect anthropological concepts and data on indigenous groups in Brazil and the theoretical background was based on descriptive representation, particularly in the works of Mey and Silveira. It was concluded that the librarian is the key player to ensure adequate and faithful representation of documents of indigenous works to relate them to other items in the catalog of an information unit, exposing their informative potential.*

**Keywords:** Cataloguing. Indigenous literature. Bibliographic record.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia. Av. Pasteur, 458, sala 408, Urca, 22290-240, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: A. FRANCA. E-mail: <aline\_sfranca@yahoo.com.br>.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Biblioteconomia. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Recebido em 16/5/2013 e aceito para publicação em 31/10/2013.

## Introdução

Dotada de grandiosa riqueza cultural, as comunidades indígenas brasileiras possuem, cada qual a seu modo, variações de aspectos socioculturais que as individualizam. Seja pela organização social, sejam pelas estruturas linguísticas, práticas religiosas ou mesmo pelos traços étnicos, os índios brasileiros despertaram - e continuam despertando -, o interesse de outros povos.

As últimas décadas do século XX foram determinantes para a conquista de direitos das sociedades indígenas. Esses grupos passaram a ser alvo de políticas indigenistas que visaram proteger e assegurar a continuidade e preservação da cultura nativa. Por meio de iniciativas de grupos individuais e governamentais, os índios tiveram seus direitos reconhecidos perante o governo, conquistando a possibilidade de representarem a si mesmos. A produção bibliográfica é uma das formas de representação desses povos, tema abordado neste texto.

A partir da década de 1980, diversos grupos indígenas passaram a publicar e divulgar seus conhecimentos por meio de livros. Este tipo de publicação vem crescendo, tanto em número quanto em relevância, tornando-se presente em várias partes do mundo. Nesse sentido, é interessante discutir a forma do tratamento documental desses materiais, uma vez que são produzidos no Brasil por índios brasileiros. Denominada por literatura indígena, de acordo com Regino (2003), essa literatura pode ser compreendida como qualquer criação de caráter oral ou escrito, seja coletiva ou individual, sendo estabelecida, pensada e estruturada a partir de padrões culturais e elementos estilísticos dos povos indígenas. Tal manifestação cultural proporciona o conhecimento da cultura indígena por pessoas não indígenas e facilita a disseminação da cultura, uma vez que é produzida pelos próprios membros das comunidades indígenas. A produção literária indígena na forma escrita iniciou-se na década de 1980 pela demanda de materiais didáticos utilizados nas escolas indígenas que refletissem a cultura e a realidade de cada povo. Felizmente, com o passar do tempo, a literatura indígena foi assumindo outras características que enriqueceram seu conteúdo. Ela não se limitou ao caráter didático inicial, mas ampliou seu escopo por meio da criação de obras narrativas e poesias.

Dessa forma, o trabalho considerou como objetivo geral discutir a relação entre a produção literária indígena e a sua representação bibliográfica. A temática desse estudo está sendo aprofundada no Mestrado Profissional em Biblioteconomia, no Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de caráter documental e bibliográfico. De acordo com Barros e Lehfeld (1986, p.91), esse tipo de pesquisa tem como objetivo "Recolher, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado fato, assunto ou ideia". Utilizou-se a pesquisa bibliográfica de modo exploratório a fim de extrair conceitos e informações relevantes para fundamentar a articulação das ideias apresentadas, consultando-se livros, artigos de periódicos e outras pesquisas produzidas em meio acadêmico. Apenas para ilustrar as discussões teóricas, será realizada uma comparação entre dois registros bibliográficos, recuperados em dois catálogos de acesso *online*, da primeira obra literária indígena publicada no Brasil.

A relevância de tal temática está em propor a reflexão acerca da produção literária de grupos indígenas brasileiros e a responsabilidade do bibliotecário em permitir o acesso à informação de diferentes grupos étnicos, sociais e políticos e, conseqüentemente, preservar a memória das comunidades indígenas brasileiras.

Mesmo que o foco da pesquisa tenha sido a representação documental, faz-se necessário compreender alguns pontos relevantes sobre a cultura indígena. A seguir serão apresentados a contextualização do processo de produção bibliográfica indígena brasileira e o etnocentrismo. Após situar algumas características da cultura indígena, serão abordados conceitos relacionados à representação bibliográfica, especificamente à Representação Descritiva. E, por fim, apresenta-se a relação entre a representação bibliográfica de obras literárias indígenas e as considerações finais.

## Contextualização

O primeiro passo para a produção literária indígena foi dado com o avanço das práticas escolares nas aldeias. Por haver uma demanda por materiais didáticos que refletissem a realidade e a cosmovisão dos grupos

indígenas, iniciou-se a elaboração de material específico para tal fim, que fosse adequado ao ensino para esses grupos. A introdução da escrita alfabética incentivou a produção bibliográfica nas sociedades indígenas que, em sua maioria, faziam uso apenas da tradição oral. Entretanto, a produção não se manteve limitada aos livros didáticos, alcançando outras tipologias textuais como os contos e os textos informativos.

Organizações como o Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas (NEARIN), vinculado ao Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (INBRAPI), têm atuado no combate ao preconceito literário e no incentivo à produção literária escrita dos povos indígenas, reforçando-a como uma ferramenta de resistência cultural pouco estudada em seus aspectos contemporâneos. Do que pode ser denominado de “movimento literário indígena”, as obras produzidas no Brasil estão atingindo gradual notoriedade dentro e fora do País, principalmente pelas novas formas de associações dos grupos indígenas. Atualmente é possível encontrar alguns desses títulos nos catálogos de importantes bibliotecas fora do Brasil, como a *Library of Congress* (LOC), *Biblioteca Nacional de España*, *Biblioteca Nacional de México*, entre outras.

### **Cultura indígena: etnocentrismo e representações sociais**

Do início da colonização do Brasil até meados do século XX, os grupos nativos constituíam a temática de inúmeras obras artísticas, literárias e antropológicas. No entanto, por não ter havido uma preocupação de que os mesmos fossem representados pelos seus próprios membros, eles permaneceram sendo retratados por um olhar estrangeiro, que se julgava superior. Ao posicionar a cultura indígena em um nível inferior à cultura europeia nota-se claramente o etnocentrismo que vigorava nos primeiros séculos de colonização. Entende-se por etnocentrismo o conceito antropológico que “Consiste em privilegiar um universo de representações propondo-o como modelo e reduzindo à insignificância os demais universos culturais ‘diferentes’” (Carvalho, 1997, p.181). Dessa forma, um grupo étnico ou cultural é tomado como referência, declarando as culturas diferentes como “subalternas”. No período compreendido entre os séculos XV e XVI, notável pela expansão marítima europeia, o colonialismo europeu estava fortemente relacionado ao

eurocentrismo. Partindo da compreensão de que a Europa correspondia a uma hegemonia mundial, Araújo e Maeso (2010, p.244) afirmaram:

[...] o eurocentrismo é mais do que uma perspectiva [sic], é um sistema de representação cuja eficácia ideológica reside mais na despolitização das relações de poder, do que propriamente no desenvolvimento de oposições binárias que essencializam com sucesso o “nós” e o “outro”. A violência é assim naturalizada ou ultrapassada, com consequências fundamentais no modo como o racismo, a identidade nacional e a “história” do “outro” [...] são interpretados ou simplesmente evitados.

Lévi-Straus (1970, p.232), já sinalizava a perda cultural que este tipo de ideologia ocasionava ao reconhecer que ao “Caracterizar as raças biológicas por propriedades psicológicas particulares, afastamo-nos da verdade científica ao defini-las tanto de maneira positiva quanto negativa”. Além disso, a “[...] diversidade intelectual, estética, sociológica [das sociedades e civilizações] não está ligada por qualquer relação de causa e efeito à que existe, no plano biológico, entre certos aspectos observáveis pelos grupamentos humanos”.

Por muitos anos esta concepção manteve-se predominante, tendo sido ensinada nos livros de história sobre a colonização do Brasil. Esse pensamento influenciou decisivamente a imagem dos povos dominados nas expedições europeias, uma vez que feriu a identidade cultural do grupo. A própria expressão “descobrimto do Brasil” remete a uma visão eurocêntrica da chegada dos portugueses ao território brasileiro, geralmente associada a “Uma produção historiográfica realizada em padrões tradicionais, saudosa dos grandes nomes e eventos e valorizadora das efemérides” (Kuhn, 2000, p.59).

O contato entre portugueses e índios, naquela época, foi permeado pela curiosidade e estranhamentos. O interesse em relatar os hábitos e costumes daquele povo motivou estudiosos de diversas áreas, influenciando os textos de informação e a literatura jesuítica, ambos pertencentes ao Quinhentismo, movimento literário que se desenvolvia na Europa. Os textos de informação documentaram a instauração do processo de colonização, explicitando informações que os missionários e viajantes europeus adquiriam da natureza e do homem local. A literatura jesuítica, além de seu caráter informativo, possuía intenção pedagógica e moral (Bosi, 2006).

Em decorrência desse contato, surgiram diferentes formas de representar (de forma escrita) a cultura indígena, a saber: a literatura indianista, a literatura indigenista, a literatura em línguas indígenas e, claro, a literatura indígena, conceituada anteriormente, objeto deste estudo. Essas diferentes manifestações literárias não devem ser confundidas entre si, pois, apesar de objetivarem a representação dos povos indígenas, seus agentes não são os mesmos.

Segundo Regino (2003), a literatura indianista surge depois do movimento de independência nacional, na busca de fazer surgir um herói nacional. No Brasil, foi uma das peculiaridades do Romantismo literário com a prosa de José de Alencar com os romances “*O Guarani*” em 1857, “*Iracema*” em 1865 e “*Ubirajara*” em 1874, entre outros, e pela poesia de Gonçalves Dias, destacando-se “*Juca-Pirama*” e “*Marabá*” em 1851. Além disso, o indianismo esteve presente em outros períodos da literatura como no Barroco (tendo como autor de destaque o Padre José de Anchieta) e no Arcadismo, com o poema épico “*O Uruguai*” em 1769, de Basílio da Gama.

Já a literatura indigenista refere-se a: “[...] uma literatura de protesto contra a situação em que se encontram os povos indígenas e a firme decisão de mudar a situação. A literatura indigenista vai defender o índio e usá-lo como veículo de expressão dentro de uma escrita altamente comprometida” (Kauss, 2009, p.63).

Esta literatura não é produzida pelos índios, normalmente é feita por escritores que descendem, convivem ou sentem-se atraídos pela cultura indígena (Kauss, 2009). Os autores buscam compreender a cultura indígena por meio de suas próprias perspectivas. No Brasil, dois grandes autores indigenistas foram os irmãos Orlando Villas-Bôas e Cláudio Villas-Bôas.

Surgida recentemente após a apropriação da escrita pelas sociedades ágrafas, a literatura em línguas indígenas permitiu a tradução de documentos de diferentes idiomas para as línguas indígenas, tendo como grande contribuição a escrita da tradição oral existente nas comunidades (Regino, 2003).

O domínio da língua materna e do português, de forma escrita e oral, proporcionou novas formas de interação do indivíduo indígena com a “sociedade nacional” (termo utilizado na Constituição Federal de

1988 para denominar a sociedade não indígena). A apropriação desses saberes pode significar um ganho estratégico para as comunidades indígenas, uma vez que a língua materna pode vir a ocupar um espaço junto à língua oficial, ao ser utilizada de forma escrita. Por consequência, abre-se um novo caminho para o relacionamento com outros grupos e para o estabelecimento de posições políticas comuns. Consequentemente, o conhecimento de seus direitos e a possibilidade de exercerem sua cidadania resultará em respeito e reconhecimento perante aos outros povos.

A cultura indígena, riquíssima em sua diversidade, vem passando por modificações no contato com outras sociedades. De acordo com Laraia (1988), a cultura possui caráter dinâmico e se modifica a partir de diferentes interações. Os grupos indígenas não configuram um bloco homogêneo, mas a partir de raízes comuns estabelecem, entre as diferentes características que os individualizam, pontos de convergência cultural. Melià (1987) analisa com certa desconfiança a prática da escrita nas sociedades indígenas ao afirmar que essa pode ser uma forma de dominação. De fato, a escrita poderia ser vista como um instrumento de opressão caso objetivasse moldar a linguagem de um determinado grupo sob os parâmetros de outro. Entretanto, de maneira geral, a adoção da forma escrita para os grupos indígenas tem representado uma nova via para o estabelecimento de comunicação com diferentes grupos sociais.

### O panorama atual da literatura indígena

A literatura indígena não surgiu com a escrita nas aldeias, sendo encontrada anteriormente. Coutinho (2008, p.24), ao conceituar literatura, afirma que “[...] a literatura, como toda arte, é uma transfiguração do real, é a realidade recriada, através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas, que são os gêneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade”. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que a literatura indígena, bem como as tradições poéticas, já existia na tradição oral, e que nos últimos anos apenas passou a fazer uso de outro recurso, a forma escrita. As obras, que até então estavam nos cantos, lendas, mitos etc. começam a se manifestar por meio de suportes físicos, em especial o papel, sendo mais uma ferramenta na manutenção das tradições e identidades.

Utilizada de maneira adequada, a escrita - e por sua vez, a literatura -, poderá contribuir significativamente para a preservação e valorização da língua e cultura indígenas. Esse movimento iniciado no final do século XX vem ampliando a possibilidade de transmissão de conhecimento e interação social e política entre os povos indígenas e a “sociedade nacional”. A literatura escrita indígena vai além da publicação de livros com a temática indígena. Ela contém a possibilidade de autorrepresentação de povos que por vezes foram mantidos em categoria secundária no panorama político e cultural nacional.

Essas e outras conquistas são frutos da reivindicação dos próprios grupos indígenas. E é nesse cenário que surgem autores como Daniel Munduruku, Olívio Jekupé e Eliane Potiguara, entre outros.

Daniel Munduruku, além de presidente do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (INBRAPI), pode ser considerado um dos principais autores do que poderia se chamar de “movimento literário indígena”. Com mais de 30 obras publicadas, o autor já teve algumas de suas obras traduzidas para outros idiomas e depositadas em importantes bibliotecas como a *Library of Congress* (EUA) e a Biblioteca Nacional da Itália, por exemplo. Seus textos costumam versar sobre atividades cotidianas nas aldeias e tradições, como na obra *“Histórias de índio”*:

Após o banho e a brincadeira, ele devia se ocupar de alguma tarefa com a mãe ou o pai. Não havia uma hora definida para começar esta atividade uma vez que Kaxi tinha percebido que os mais velhos diziam serem eles os senhores do tempo e não possuírem nenhum controlador do tempo - que ele descobriu mais tarde se tratar do *kaxinug* usado pelo homem branco para marcar as horas. Às vezes, saíam bem cedo para a roça ou para a caça e a pesca, outras vezes iam só na parte da tarde, e outras, ainda, não iam a lugar nenhum, preferindo ficar em casa, conversando e pitando [...]. À medida que crescia, Kaxi ia sendo iniciado nos costumes tradicionais de sua tribo. Falava a gíria [...], caçava, pescava, plantava e colhia junto com os adultos (Munduruku, 2010, p.19).

Segundo Silveira (2005), mais de 40 etnias indígenas do Brasil já publicaram seus textos em livros e cartilhas. A perspectiva é que esse número aumente devido às políticas de incentivo à educação indígena e

ao crescente número de índios com formação superior no país. O tipo de registro que é feito de uma determinada cultura é determinante para a manutenção e disseminação de informações sobre ela. Com o passar do tempo, as sociedades se alteram, algumas culturas são dizimadas, mas os documentos permanecem, e por meio deles os grupos poderão ser estudados e compreendidos futuramente.

Ao alcançar um contexto de produção bibliográfica, a literatura indígena deve ser compreendida como documento capaz de portar a visão de mundo de um determinado povo, seus hábitos, costumes etc. Compreender o contexto de criação de uma obra com tantas especificidades como as publicações indígenas é fundamental para garantir uma representação bibliográfica fidedigna. Assim, ao perceber que somente por meio de uma representação adequada o documento poderá relacionar-se com os outros itens de uma Unidade de Informação, o bibliotecário torna-se o agente essencial para garantir a comunicação entre os elementos que compõem um acervo.

### Representação documental

Possuir um documento em um acervo significa mais do que um livro em uma estante. Significa um recurso informacional inserido em um universo bibliográfico, por meio do estabelecimento de relações com outros elementos geradores de informação. A partir de um documento isolado, pode-se obter somente a transmissão de seu conteúdo. Entretanto, se estiver envolvido em relações de significados será possível expor ao máximo o seu potencial informativo. Dessa forma, considerando cada Biblioteca (ou Unidade de Informação) como sistemas que vão muito além do significado etimológico da palavra - que se refere somente à guarda de livros -, é necessário que haja uma organização lógico-semântica capaz de controlar todo esse ambiente.

Independentemente da quantidade de itens existentes em um acervo (seja de uma modesta biblioteca particular ou de uma imponente biblioteca nacional), faz-se necessária a utilização de ferramentas que viabilizem a localização exata dos documentos. Entre os diversos instrumentos utilizados para esse fim, destaca-se o catálogo. Capaz de estabelecer fluxos comuni-

cativos entre o usuário e o acervo, o catálogo possibilita as relações entre os documentos sem a necessidade de tê-los em mãos por meio de representações bibliográficas.

O vocábulo “representar” significa “Fazer ou tornar presente; mostrar à evidência, [...] revelar” (Michaelis, 2009, *online*). De acordo com Mey (1999, p.18) a “Representação bibliográfica consiste em um processo de comunicação, visando a interligar itens (suportes físicos de obras) a usuários e [...] demandas de usuários a itens pertinentes”. Ainda segundo a autora, nesse processo comunicativo, a representação bibliográfica se utiliza de mensagens codificadas, “Pois cada um dos elementos tem lugar e pontuação fixos, para sua identificação”.

Mais tarde, esse conceito foi apresentado como a sintaxe e a semântica da linguagem catalográfica (Mey & Silveira, 2010). A sintaxe compreende a pontuação e a posição de cada elemento descritivo ao registrar um atributo ou característica de uma determinada entidade bibliográfica no âmbito dos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR); e a semântica “O significado dos termos em sua posição e respectiva pontuação precedente” (Mey & Silveira, 2010, p.128). Assim, a representação bibliográfica pode ser compreendida como um conjunto de informações organizadas para descrever e acessar um item, evidenciando suas características particulares.

No caso de obras literárias indígenas, por se tratar de um conjunto de publicações com tantas particularidades, o profissional bibliotecário deve proceder com cautela ao elaborar o registro bibliográfico dos documentos. Essa representação será responsável por estabelecer um elo entre os itens de um acervo e seus usuários. A representação bibliográfica adequada dos documentos implica a garantia e manutenção da memória dos grupos indígenas que estão ali representados. A tomada de decisão por parte do bibliotecário sobre quais características e informações acerca do documento serão relevantes para a sua representação torna-se crucial. Esse ato estabelecerá quais aspectos serão passíveis de busca e relacionamento com os dados de outros documentos do acervo.

Ao promover a representação bibliográfica desses documentos, a importância do bibliotecário nesse processo é reconhecida como um agente social. Como

profissional da informação, este deve conscientizar-se de que as informações descritas de maneira inadequadas serão capazes de criar barreiras no processo comunicacional que envolve os documentos de um acervo e os usuários de uma Unidade de Informação.

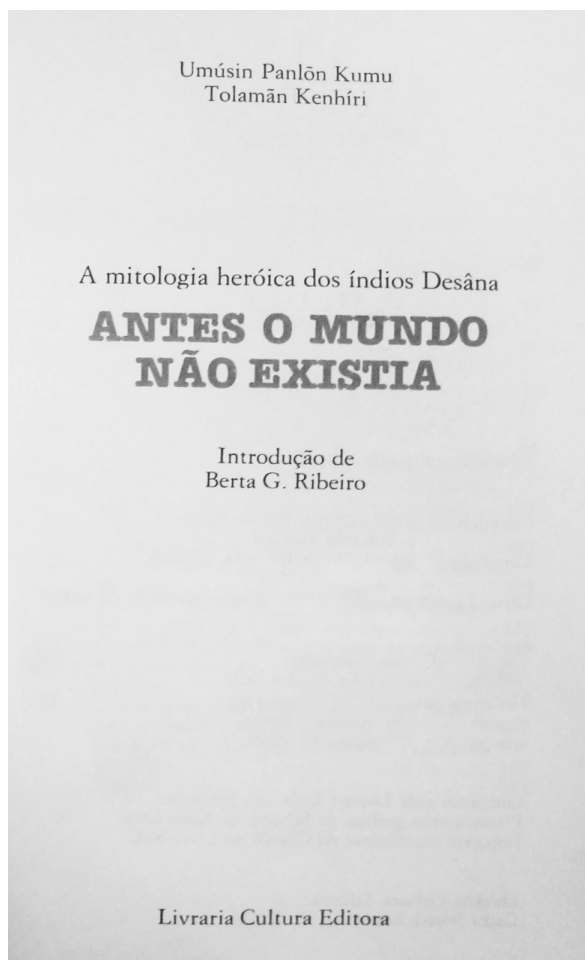
### **Análise de registros bibliográficos**

A fim de demonstrar a perda informacional gerada pela representação bibliográfica inadequada, a pesquisa estabeleceu uma breve análise comparativa de registros bibliográficos produzidos por diferentes bibliotecas para o mesmo livro. Os registros foram pesquisados e extraídos do catálogo das bibliotecas em 25 de março de 2013. Portanto, tratam-se de registros bibliográficos reais, recuperados nos catálogos disponíveis para acesso público *online* e elaborados por duas bibliotecas de grande porte, sendo uma delas brasileira e outra estrangeira. Tais bibliotecas serão denominadas “Biblioteca A” e “Biblioteca B”, de forma a preservar a identidade das instituições. Ambas fizeram uso do código *Anglo-American Cataloging Rules*, 2.ed. rev. (AACR2r) e do formato *Machine Readable Cataloging* (MARC).

A obra pesquisada nos catálogos intitula-se “*Antes o mundo não existia*”, de Umúsin Panlôn Kumu e Tolamân Kenhíri, com introdução de Berta G. Ribeiro. Trata-se do primeiro livro totalmente escrito e ilustrado por índios no Brasil, apresentando uma narrativa acerca da mitologia do povo Desana-Kehiripora, sobre a criação do mundo. Sua primeira edição foi lançada em 1980, pela Livraria Cultura Editora.

Considerando a regra 2.0B do AACR2r, que diz respeito às fontes de informação, para livros e outros tipos de monografias impressas, deve-se considerar como fonte principal a página de rosto. De acordo com a área da descrição, dados podem ser extraídos de outras partes da publicação (como outras páginas preliminares e colofão) e, em alguns casos, pesquisados fora dela (Código de Catalogação Anglo-Americano, 2004). Desta forma, apresenta-se a página de rosto da obra analisada (Figura 1), para que seja possível visualizar os dados contidos na mesma.

A página de rosto apresenta de forma clara as informações quanto ao título, subtítulo, autores e editora, enquanto outras informações podem ser encontradas no verso da página, fornecendo dados necessários para uma



**Figura 1.** Página de rosto do livro "Antes o mundo não existia".

**Fonte:** Kumu e Kenhíri (1980).

descrição clara do material. A partir da leitura técnica, as bibliotecas elaboraram seus registros bibliográficos (Figuras 2 e 3).

Ainda que tenha sido utilizado o mesmo código e formato de catalogação, é possível verificar diferenças na representação do documento em questão. A principal diferença, nesse caso, se dá pela atribuição de responsabilidade da obra e a escolha dos pontos de acesso. Ora, se é pelo do ponto de acesso que o catálogo será capaz de recuperar determinadas informações que descrevem um item, quanto à forma de entrada, o código estabelece o seguinte:

21.1 A2. Regra geral. Faça a entrada de uma obra de uma ou mais pessoas sob o cabeçalho estabelecido para o autor pessoal [...], para o autor pessoal principal [...] ou para o autor pessoal mais

provável [...]. Em alguns casos de autoria compartilhada [...], faça a entrada sob o cabeçalho estabelecido para a pessoa mencionada em primeiro lugar. Faça entradas secundárias de acordo com as instruções de 21.29-21.30 (Código de Catalogação Anglo-Americano, 2004, p.6).

No registro bibliográfico da Biblioteca B (Figura 3), consta entrada principal e secundária para os autores da obra, enquanto o registro elaborado pela Biblioteca A (Figura 2), possui somente entrada principal para o título da obra. De acordo com o AACR2r, o ponto de acesso principal pelo título deve ser feito se:

a) a autoria pessoal for desconhecida [...], ou difusa [...], e a obra não for proveniente de uma entidade ou b) é uma coleção de obras por diferentes pessoas ou entidades (veja 21.7) ou c) procede de uma entidade mas não se enquadra em nenhuma das categorias enumeradas em 21.1B2 e não é de autoria pessoal ou d) é reconhecida como escritura sagrada de um grupo religioso (veja 21.37) (Código de Catalogação Anglo-Americano, 2004, p.7).

Aparentemente, a obra não se enquadra nas exceções previstas pela regra. Não há como saber quais motivos levaram a Biblioteca A a ocultar dados tão importantes como os autores de um livro, mas não há dúvidas de que isto gera perda informacional, uma vez que o usuário não conseguirá recuperar o registro bibliográfico ao pesquisar pelos nomes dos autores. No caso da catalogação realizada pela Biblioteca A, somente o nome da pessoa que escreveu a introdução do livro figura na área destinada aos responsáveis pela obra, enquanto os autores não foram sequer mencionados, no campo 245, no subcampo \$b do formato MARC.

Desconsiderar os autores indígenas como responsáveis intelectuais pela obra resulta em uma representação incompleta e na restrição das possibilidades de pesquisa dos usuários para a recuperação do documento, além de prejudicar identificação dos responsáveis pela obra. Se, como visto, os nomes dos autores constam na página de rosto em seu local adequado e estes são omitidos do registro bibliográfico, a representação do documento fica comprometida. Este aspecto fere a integridade da representação do item, uma vez que o registro bibliográfico ocupará, no catálogo, o lugar do documento em si.

A comparação entre os registros aqui apresentada buscou apenas exemplificar as discussões presentes no

LDR 00757cam0022002417a 4504  
 001 98041714430250E53  
 003 █  
 005 20081215160817.7  
 008 970609s19800000bspa 000 0 por d  
 040 ## \$a █  
 043 ## \$a s-bl---  
 082 04 \$a 299,8  
 092 ## \$a █  
 245 00 \$a Antes o mundo não existia : \$b a mitologia heróica dos índios Desana / \$c introdução de Berta G. Ribeiro. -  
 260 ## \$a [São Paulo] : \$b Cultura, \$c 1980.  
 300 ## \$a 239p. : \$b il. color. ; \$c 20cm.  
 590 ## \$a █  
 650 04 \$a Índios Desana - \$x Religião e mitologia.  
 650 04 \$a Índios da América do Sul - \$z Brasil.  
 700 1# \$a Ribeiro, Berta G. \$q (Berta Gleizer), \$d 1924-1997.  
 852 ## \$a █  
 949 ## \$a █

**Figura 2.** Registro bibliográfico, Biblioteca A.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2013).

001 3753850  
 005 19941003155101.8  
 008 830802s1980 bl a b 000 0 por  
 035 ## \$9 █  
 906 ## \$a 7 \$b cbc \$c orignew \$d 4 \$e ncp \$f 19 \$g y-gencatlg  
 010 ## \$a 82106190  
 020 ## \$c Cr\$480.00  
 040 ## \$a █  
 043 ## \$a s-bl—  
 050 00 \$a █  
 082 00 \$a 299,8 \$2 19  
 100 1# \$a Kumu, Umuisin PanloPn.  
 245 10 \$a Antes o mundo naPo existia : \$b a mitologia heroica dos índios Desâna / \$c Umuisin Panlôn Kumu, Tolamân Kenhîri ; introdução de Berta G. Ribeiro.  
 250 ## \$a 1.a ed.  
 260 ## \$a SaPo Paulo : \$b Livraria Cultura Editora, \$c 1980.  
 300 ## \$a 239 p. : \$b ill. ; \$c 20 cm.  
 504 ## \$a Includes bibliographical references.  
 650 #0 \$a Desana mythology.  
 700 1# \$a Kenhîiri, TolamaPn.  
 991 ## \$b █

**Figura 3.** Registro bibliográfico, Biblioteca B.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2013).

quadro teórico. Outras comparações poderiam ter sido feitas para melhor clarificar a situação da representação de obras literárias indígenas. Ao comparar os registros bibliográficos observou-se que há uma lacuna referente

à elaboração dos pontos de acesso autorizados (cabecalhos autorizados) de autores indígenas e divergências entre representação da mesma obra em edições diferentes. Além disso, observou-se que o registro bibliográ-



fico mais completo é oriundo da biblioteca estrangeira. Como o livro representado constitui uma parte da cultura brasileira (no caso, a cultura indígena), acredita-se que o registro bibliográfico deveria ser o mais completo possível. Tais temas serão resgatados e discutidos em pesquisas futuras.

## Considerações Finais

O Brasil, por seu processo histórico, deve valorizar as nuances de sua cultura nacional, reconhecendo o devido valor da produção literária indígena. Ao entender os aspectos que influenciaram seu surgimento, é possível compreender a importância desses documentos e sua contribuição para a cultura nacional. Um conhecimento mais sólido acerca das culturas indígenas pode ser capaz de reduzir, quiçá extinguir, as “manchas culturais” causadas pelo etnocentrismo.

A Representação Documental é posterior à produção do documento, devendo a primeira corresponder da forma mais fidedigna possível ao documento a ser representado. É possível observar, em alguns catálogos de bibliotecas, que certos documentos produzidos por uma determinada tribo ou autor indígena não estão representados adequadamente, seja por limitações dos Códigos de Catalogação e demais instrumentos, seja pelo desconhecimento do próprio bibliotecário. Algumas vezes o nome da tribo é considerado como a temática da obra, sendo que na realidade a tribo deveria ser considerada responsável pelo conteúdo ou pela produção deste documento. Outras vezes, o registro bibliográfico não apresenta pontos de acesso aos autores indígenas, além da ausência de padronização nos cabeçalhos de pontos de acesso para nomes pessoais e povos indígenas. Estas questões interferem na representação e recuperação da informação, podendo inclusive revelar um descompromisso com parte da cultura indígena brasileira.

Sabe-se que a utilização de um mesmo código e formato de catalogação em diferentes catálogos beneficia a interoperabilidade entre sistemas e a possibilidade de compartilhamento de registros. Dessa forma, é possível ultrapassar barreiras relacionadas à compreensão e intercâmbio de registros bibliográficos, ampliando assim

o seu alcance. No entanto, a adoção de ferramentas iguais não garante a elaboração de registros bibliográficos idênticos. O processo de descrição de documentos algumas vezes é visto como a simples aplicação de normas e padrões, porém a atividade intelectual e interpretativa envolvida nesta prática é determinante para o resultado final. As normas de catalogação são ferramentas que norteiam a prática da representação documental, entretanto devem ser adaptadas à realidade da Unidade de Informação na qual se aplicam e aos aspectos que atenderão o público ao qual se destina. Caso os instrumentos utilizados não sejam suficientes para atender uma determinada situação de representação, a fim de garantir o contexto informacional, o bibliotecário deve ser capaz de realizar ajustes necessários e adotar as medidas adequadas a cada circunstância em particular.

Para a escolha de pontos de acesso, sugere-se que a agência bibliográfica nacional estabeleça diretrizes para a normalização dos pontos de acesso para nomes indígenas, uma vez que o AACR2r não abarca esse tipo de especificidade. Os catálogos de bibliotecas, por sua importância no gerenciamento das informações sobre os itens de um acervo, devem possuir uma política estruturada a fim de garantir sua consistência. Tal descompasso limita as possibilidades de recuperação do catálogo, prejudicando a pesquisa por parte do usuário. Por outro lado, principalmente nos casos de autores pessoais que possuem tanto o nome em língua portuguesa quanto em língua indígena, estabelecer o ponto de acesso que o representará adequadamente, relacionando-o às outras possíveis formas de busca, irá minimizar os impactos causados por inconsistências do catálogo no resultado das buscas.

A Representação Descritiva, enquanto processo de representação documental, implica em uma série de tomadas de decisões, pois, ao escolher um aspecto do documento a ser representado, pode-se, involuntariamente, condenar o outro ao esquecimento. Para que um item seja capaz de relacionar-se com os outros por meio do catálogo, seu registro deve ser o mais imparcial e amplo possível, estabelecendo conexões que garantirão seu contexto informacional. Isso se estende à adoção dos nomes indígenas dos autores nativos, que por vezes são negligenciados, utilizando-se somente a

forma em língua portuguesa. Uma vez que o nome nativo de um autor indígena é respeitado, sua etnia passa a ser reconhecida e aceita. Não é somente o ato de inserir uma determinada informação em seu local de representação específico no registro bibliográfico. Ao omitir esse tipo de dado, nega-se a atribuição da responsabilidade intelectual do autor indígena pelo material produzido.

Por fim, conclui-se que os documentos produzidos pelos grupos indígenas oferecem uma nova perspectiva à cultura nacional. Os índios, que por longos anos permaneceram em situação de desvantagem social, possuem ferramentas para reescrever a história do Brasil, a partir da história do seu povo. Estudar as formas de

representação dos documentos de diferentes grupos sociais e étnicos é uma maneira de garantir a preservação da memória destes grupos, ao facilitar e beneficiar o acesso à informação aos cidadãos. Oferecer um tratamento bibliográfico digno a esses documentos é função do bibliotecário, que deve sempre respeitar a diversidade cultural e beneficiar o acesso aos documentos que lhe são confiados, independentemente do seu tipo de suporte. Nesse cenário, o bibliotecário se destaca como um dos responsáveis por evitar o desaparecimento de conhecimentos ancestrais, atuando de forma interdisciplinar como disseminador desses saberes e incentivador do desenvolvimento literário das minorias étnicas.

## Referências

Araújo, M.; Maeso, S.R. Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de história. *Estudos de Sociologia*, v.15, n.28, p.239-270, 2010.

Barros, A.J.P.; Lehfeld, N.A.S. *Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

Bosi, A. *História concisa da literatura brasileira*. 43.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

Carvalho, J.C.P. Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas. *Interface*, v.1, n.1, p.181-186, 1997. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/revista1/debates2.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

Código de Catalogação Anglo-Americano. 2.ed. São Paulo: FEBAB, 2004, Capítulo 21.

Coutinho, A. *Notas de teoria literária*. Petrópolis: Vozes, 2008.

Kauss, V.L.T. Literatura indígena: o resgate da oralidade ancestral na escrita polifônica do presente. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, v.8, n.29, p.59-83, 2009. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/viewFile/521/513>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

Kuhn, F. A reinvenção do Brasil: considerações em torno dos 500 anos. *Anos 90*, n.13, p.58-62, 2000. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art4.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

Kumu, U.P.; Kenhiri, T. *Antes o mundo não existia: a mitologia heroica dos índios Desâna*. São Paulo: Cultura, 1980.

Laraia, R.B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

Lévi-Strauss, C. Raça e história. In: Comas, J. et al. *Raça e ciência*. São Paulo: Perspectiva, 1970. p.231-270.

Melià, B. Desafios e tendências na alfabetização em língua indígena. In: Emiri, L.; Monserrat, R. (Org.). *A conquista da escrita indígena: encontros de educação*. São Paulo: Iluminuras, 1987. p.9-16.

Mey, E.S.A. *Acesso aos registros sonoros: elementos necessários à representação bibliográfica de discos e fitas*. 1999. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Mey, E.; Silveira, N.C. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v.1, n.1, p.125-137, 2010.

Michaelis, H. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=representar>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

Munduruku, D. *Histórias de índio*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2010.

Regino, J.G. Otra parte de nuestra identidad. *Guaragua: Revista de Cultura Latinoamericana*, n.17, p.207-209, 2003.

Silveira, E.G. *Sobre a literatura Xacriabá*. Brasília: MEC, 2005.